

OS DISCURSOS SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TÍTULOS DE NOTÍCIAS PORTUGUESAS E BRASILEIRAS

Michelly Santos de Carvalho*
Universidade do Minho (Portugal)
michellyscarvalho@gmail.com
Laerte Magalhães*
Universidade Federal do Piauí (Brasil)
flaertejm@gmail.com

Resumo: Este estudo pretende fazer uma análise comparativa dos discursos dos títulos das notícias dos jornais *Folha de São Paulo* (Brasil) e *Público* (Portugal) acerca do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Conforme Fiorin (2008) não existe grandes diferenças na ortografia do Brasil e Portugal, motivo pelo qual não haveria impedimento para o entendimento de textos em ambas as grafias. Porém, essa duplicidade travava a difusão da língua internacionalmente, isso porque os documentos oficiais das organizações que adotam o português como língua oficial precisavam ser escritos na versão de cada país já que as variações eram tidas como incorretas. Desta forma, a fim de atenuar essas diferenças, em 1990, foi assinado o texto do Acordo Ortográfico, ratificado, entretanto, somente em 2008 por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal. Tendo em conta a importância deste tratado, o objetivo deste trabalho é observar quais as estratégias enunciativas são acionadas nos títulos das notícias dos jornais já referidos a respeito do assunto. Para isso utilizamos o método da Análise de Discurso e através de algumas ferramentas de análise, observamos os implícitos e subentendidos no tecido textual. Observamos os títulos das notícias que circularam em 2008 em ambos os jornais e que tinham como temática o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Assim, investigamos a produção de sentido nos discursos dos jornais levando em conta os conceitos de *heterogeneidade enunciativa*, *polifonia* e *dialogismo*, *legitimidade* e *credibilidade*, entre outros. Notamos, por exemplo, uma postura tendencialmente favorável ao Acordo tanto no *Público*, quanto na *Folha de São Paulo*.

Palavras-chave: Análise do discurso; Acordo Ortográfico; Folha de São Paulo; Público

Abstract: This study aims to make a comparative analysis of the discourse found in the titles of news from *Folha de São Paulo* (Brazil) and *Publico* (Portugal) newspapers about the Orthographic Agreement. The objective is to observe the enunciative strategies present in the discourse about the subject. For this purpose, we use a method of discourse semiotics, designated Discourse Analysis. We examined the titles of news that circulated in 2008 in both newspapers and had as their themes the Orthographic Agreement. According to Fiorin (2008) there are not many orthographic differences between Brazil and Portugal, and this is why there is no impediment in understanding texts in both versions. However, the orthographic duplicity locks the international diffusion of Portuguese since official documents of the organizations that adopted Portuguese as official language need to be written in the version adopted by each country, because the variations are considered incorrect. Thus, in order to minimize these differences, it was signed, in 1990, the text

* Doutoranda em Ciências da Comunicação (na especialidade *Sociologia da Comunicação*) na Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).

* Professor Adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação

of the Orthographic Agreement, ratified, however, only in 2008 by Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brazil and Portugal. Because of the importance of this Agreement the objective of this work is to observe what enunciative strategies are present in the discourse of the titles of news from the newspapers aforementioned on the subject. For this we use the method of discourse analysis and through some discursive tools, we observe the issues implicit in the tissue of text. We see the production of meaning in the newspapers taking into account the concepts of enunciative heterogeneity, polyphony and dialogism, legitimacy and credibility, among others. We observed, for example, that the newspapers tend to favor an approach to the Orthographic Agreement both in *Público* and *Folha de São Paulo*.

Keywords: Discourse Analysis; The Orthographic Agreement; Folha de São Paulo; Público

Introdução¹

O presente trabalho propõe-se a analisar comparativamente os discursos dos títulos das notícias do Jornal brasileiro *Folha de São Paulo* e do jornal português *Público*, a fim de compreender como os mesmos enunciam quando abordam a temática do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Adotamos o método da Análise de Discurso, o qual procura descrever, explicar e avaliar de forma crítica os procedimentos de produção, circulação e consumo de sentidos ligados a produtos culturais empíricos (PINTO, 2002).

Nosso intuito é observar nos jornais delimitados pelo *corpus* as estratégias enunciativas acionadas nos títulos das notícias. Assim, analisarmos de que forma são produzidos os sentidos nesses títulos, como cada enunciador produz sentidos e como se posicionam-se no processo de suas enunciações. Desta forma, Análise de Discurso ajuda-nos a compreender o agenciamento dos implícitos e subentendidos e nos leva para além do sentido imanente ao texto.

O Acordo Ortográfico é um tratado que unifica os sistemas ortográficos dos países de Língua Portuguesa. A tentativa de unificação não é recente, desde de 1931 que subsiste esse propósito. Em 1991 foi lançado o documento que instituía o Acordo Ortográfico que entraria em vigor, caso houvesse a ratificação dos diferentes países pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o que não aconteceu. O assunto só foi discutido novamente em 2004, quando decidiu-se que o Acordo entraria em vigor caso três países membros da CPLP confirmassem a aliança. Depois de quatro anos desta decisão, em 2008, o Acordo foi ratificado por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal. Em Portugal e no Brasil a aliança começou a vigorar em 2009.

A seguir vamos discorrer sobre a questão teórica que envolve nosso estudo para, a partir daí, desenvolvermos nossa observação e considerações acerca do que analisamos em nossa amostra.

¹ Este artigo apresenta resultados preliminares de um estudo realizado no âmbito do Doutorado em Ciências da Comunicação, projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Importância dos Títulos

Conforme Gradim (2000, p. 70) o título tem a função de cativar o leitor despertando sua atenção e curiosidade. Pellim (2009: 3) acrescenta que o título tem um grande valor na incitação a leitura do texto, assim como na estruturação de sentido, por isso facilmente percebe-se a relevância de estudos que procurem investigar as principais características e funções de títulos nos processos de concorrência e consumo de bens simbólicos.

Nas palavras de Gradim (2000, p. 68), “os títulos anunciam o texto jornalístico que encabeçam, e são aquilo que em primeiro lugar o leitor apreende quando se debruça sobre as páginas de um jornal”. Corroborando com essa ideia o manual da *Folha de São Paulo* destaca que o título “é tudo que o leitor vai ler sobre o assunto ou é o fator que vai motivá-lo ou não a enfrentar o texto” (FOLHA, 1992, p.168). Para isso a elaboração do título prescreve, conforme Bertoque (2010, p. 65), destreza persuasiva da parte do jornalista que com cautela corporifica em suas escolhas lexicais e gramaticais a apresentação do conteúdo da informação.

Segundo Bazerman (2005) os textos produzem realidades ou factos meramente por estarem juntos, numa forma de vida organizada. Desta forma, pela disposição que o título tem num texto, já colabora para a construção de uma certa credibilidade que o mesmo assume no contexto. O título vem antes do subtítulo e do texto que anuncia.

A forma como o discurso é veiculado contribui para a produção de determinados sentidos. Num título, podemos analisar a linha editorial de um jornal, o *eu* [enunciador da mensagem (MAGALHÃES, 2003)] que os media evocam perante o público e a imagem que o mesmo faz daquele *tu* [enunciatário (MAGALHÃES, 2003)].

Os títulos assumem a forma de factos sociais, pois o público acredita que as informações que apresentam são verdadeiras e, assim, os mesmos afetam o modo como o enunciatário define uma situação.

Análise de discurso

A Análise do discurso compõe-se de várias vertentes. Mesmo na França, considerada o berço da Análise do Discurso, há autores diferentes com propostas diversas, como Michel Pêcheux, Courtine, Maingueneau e Charaudeau. Há ainda outros autores que têm proposições teóricas em língua francesa, embora originários de outros países, como Greimás e Verón. Conforme Pinto (2002, p. 8) a Análise de Discurso foi concebida em finais da década de 1960, tendo incorporado posteriormente conceitos da obra de Michel Foucault, sustentando uma crítica social do uso da linguagem, fazendo oposição ao estruturalismo linguístico com base em Ferdinand de Saussure. Autores como Maingueneau tem contribuído muito para a reflexão teórico metodológica e colaborado

para a sua melhor compreensão. “A referência às questões filosóficas e políticas, surgidas ao longo dos anos 60, construiu amplamente a base concreta, transdisciplinar de uma convergência (...) sobre a questão da construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos” (PÊCHEUX, 1984 *in* MAINGUENEAU, 1997/1987, p. 10).

Maingueneau (1997/1987, p. 10-11) afirma que o analista de discurso, nessa corrente, vem trazer sua contribuição às hermenêuticas contemporâneas. De acordo com o autor, como todo hermenêuta, presume que um sentido oculto deve ser aprendido, no entanto, sem uma técnica adequada, continua impenetrável. Nas palavras de Pêcheux:

(...) a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o autor-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (...). O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal. (PÊCHEUX, 1984 *in* MAINGUENEAU, 1997/1987, p. 11)

Assim, o que se pretende é que o analista não proponha uma interpretação única e imutável, mas que desperte no interlocutor as ações estratégicas pretendidas pelo enunciador e o provoque a pensar sobre o assunto. Desta forma Maingueneau (*ibidem*) afirma que a “análise do discurso depende das ciências sociais e seu aparelho está assujeitado à dialética da evolução científica que domina este campo”.

Outros autores fundamentam-se numa tradição mais vinculada a pragmática anglo-americana que, conforme Pinto (2002, p. 21), emergiu nos primórdios do século XX, proveniente da Inglaterra, entretanto, bem difundida nos Estados Unidos, onde associou elementos da sociologia, da psicologia e da etnologia. Pode-se destacar também nesta fase a contribuição de Charles Peirce com ideias próximas do pensamento lógico, o qual lança as bases da Pragmática. Sendo assim, estes autores vinculam-se ao empirismo e a algumas concepções da psicologia. “Suas análises de discursos combinam a descrição da estrutura e do funcionamento interno dos textos, como uma tentativa de contextualização um pouco limitada e utópica” (PINTO, 2002, p. 21). Na atualidade, tem-se destacado, por exemplo, Fairclough (2001) que, numa perspectiva mais pragmática, entende o discurso como prática social determinada pelo contexto sócio-histórico, sendo também parte constitutiva daquele contexto, e privilegia uma análise crítica, em especial, de textos impressos ou transcrições político-ideológicas.

Atualmente, segundo Pinto (2002, p. 20), as análises de discurso baseiam-se tanto em autores que produzem em língua francesa, quanto nos de vinculação às tradições anglo-americanas. Numa ou noutra perspectiva há que se considerar também as contribuições de Mikhail Bakhtin (1977/ 1930-1940) com ideias indispensáveis para a elaboração da Teoria Social dos Discursos, pelos conceitos de polifonia, dialogismo e gêneros dos discursos, bem como outros autores.

Concebemos, assim, que a Análise de Discurso como um método que procura, conforme Pinto (2002, p. 11), descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos ligados a produtos culturais empíricos concebidos a partir de eventos comunicacionais na sociedade. Assim, estes produtos culturais “são percebidos como *textos*, como formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, e/ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente” (ibidem). Maingueneau (1997/1987, p. 12) destaca que o conteúdo das múltiplas “análises do discurso” modifica-se de acordo com as disciplinas adjacentes nas quais se amparam. O “discurso”, segundo este autor, altera-se conforme as referências que faz à psicologia, à história, à lógica, etc., e, dentro destes campos, a esta ou aquela escola.

Dentre as várias tendências da Análise do Discurso que podem ser adotadas consideramos a utilizada por Pinto (2008) privilegiando o contexto, não confiando na letra do texto relacionando este último às formas sociais que o moldaram e observando as marcas formais da superfície textual pela Semiótica Social. Aqui a linguagem e o poder relacionam-se, conforme Foucault (*in* BARRIGA, 2009, p. 37), e o discurso configura-se como uma forma de poder que atua pela linguagem. Assim, o discurso, como destaca Poster (2000), cumpre atualmente as funções de *panopticon*, ou seja, o “discurso actua sobre o sujeito posicionando-o na relação com as estruturas de dominação de modo a que essas estruturas possam então agir sobre ele ou ela” (p.99). Desta forma, segundo o autor, a preponderância do discurso é particularizada principalmente por camuflar a sua função constitutiva em relação ao sujeito, emergindo somente após a constituição do sujeito enquanto alvo do poder.

Polifonia/Dialogismo/Heterogeneidade Discursiva

Para Bakhtin (1999) a fala é um fenômeno social e se realiza através do diálogo. O diálogo, conforme o autor, acontece como uma relação indispensável, a palavra como uma arena e lugar de disputa de sentido, sendo que em cada enunciado há uma possibilidade de resposta. Assim, para Bakhtin, se deixamos de lado a natureza social e dialógica de um enunciado, fazemos desaparecer a ligação entre a linguagem e a existência humana. Analisando as ideias de Bakhtin, Rechdan (2000) afirma que a enunciação subsiste apenas num contexto sócio-ideológico no qual cada enunciador tem neste contexto um “horizonte social” estabelecido, arquitetado para um público socialmente definido. Nas palavras de Bakhtin: a significação “é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro” (1999, p. 131).

Segundo Bakhtin (1999, p. 134-135) a distinção entre tema e significação ganha peculiar clareza ligada ao problema da compreensão. Assim, segundo o autor, entender a enunciação do outro denota orientar-se em relação a esta, descobrir o lugar adequado no respectivo contexto. Desta forma, a cada vocábulo da enunciação que estamos em processo

de assimilação, correspondemos a uma série de palavras nossas, compondo uma réplica. Assim quanto mais numerosas e substanciais forem as mesmas, mais intensa e real é o nosso entendimento. Esta é uma espécie de diálogo; sendo que está para a enunciação, da mesma forma que uma réplica está para a outra no diálogo. Assim, tem-se que a significação é propriedade de uma palavra como traço de ligação entre os interlocutores e realiza-se num processo de percepção ativo e responsivo. Segundo Bakhtin (ibidem) essa significação ocorre como efeito da interação do locutor e do receptor originado por meio do material de um determinado complexo sonoro.

O conceito de dialogismo proposto por Bakhtin refere-se à ligação que existe entre o *Eu* e o *Outro*, em que o *Eu* só se constitui na presença do *Outro* e em diálogo com este. Nas palavras de Pinto: “todo texto se constrói por um debate com outros” (2002, p. 31). Este conceito refere-se à discussão existente entre enunciados no interior de um mesmo texto. Segundo Rehdan (2000, p. 2) o diálogo Bakhtiniano faz-se tanto no exterior, na relação com o outro, como no interior da consciência, ou escrito, e realiza-se na linguagem. Alude a qualquer forma de discurso, sejam as conexões dialógicas que ocorrem no dia-a-dia, seja nos textos artísticos ou literários. Bakhtin (*in* RECHDAN, 2000) considera o diálogo como as relações que acontecem entre interlocutores, em uma ação histórica partilhada socialmente, ou seja, que se realiza em um tempo e local específicos, mas sempre mutável, devido às variações contextuais.

Authier-Revuz (2004) sugere a interpretação do dialogismo a partir do seguinte paradigma:

O lugar dado ao outro dentro da perspectiva dialógica, mas um outro que não é nem o duplo de um face a face, nem mesmo o ‘diferente’, mas sim um outro que atravessa constitutivamente o um. Este é o princípio fundador – ou que deveria ser considerado como tal – da subjetividade, da crítica literária, das ciências humanas em geral” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 103).

Já o conceito de polifonia está relacionado com a contaminação do discurso por diversas vozes. Rehdan (2000, p. 2) destaca que existem gêneros dialógicos monofônicos (uma voz que prevalece sobre as outras vozes) e gêneros dialógicos polifônicos (vozes polêmicas). “Na *polifonia*, o dialogismo se deixa ver ou entrever por meio de muitas *vozes polêmicas*; já, na monofonia, há, apenas, o *dialogismo*, que é constitutivo da linguagem, porque o diálogo é mascarado e somente *uma voz* se faz ouvir, pois as demais são abafadas” (RECHDAN, 2000, p. 3). Segundo Maingueneau (1997, p. 76) analisando as ideias de Ducrot (1975) existe polifonia quando se pode discernir em uma enunciação duas espécies de personagens, os locutores e os enunciadores. Sendo o primeiro percebido “um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável. Trata-se de uma produção discursiva que não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado” (ibidem). Já o segundo “representa, de certa forma, frente ao ‘locutor’ o que o personagem representa para o autor de uma ficção. Os ‘enunciadores’ são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas” (ibidem, p. 77).

Ligada a esta questão polifônica (e.g., AUTHIER-REVUZ, 2004; MAINGUENEAU, 1997/1987) tem-se a heterogeneidade enunciativa que se divide em duas vertentes: *heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada*. Na primeira o discurso é interferido por muitas vozes sem que o(s) sujeito(s) da enunciação tenha consciência disso, recorrendo-se a uma interpretação “freudo-laciana da psicanálise” (FLORES, 1998). Nesta o discurso é influenciado pela cultura, história, sendo assim, constitutivo. Já na segunda, a *heterogeneidade mostrada*, o discurso do outro é localizável, já que é proferido no momento em que se fala sendo, então, possível assinalar o discurso através de formas não-marcadas (alusões, ironia, etc.) ou formas marcadas (através de aspas).

Legitimidade e Autoridade

Max Weber (2005) na sua obra “Três Tipos de Poder e Outros Escritos” menciona os seguintes poderes (autoridade): o legal, o tradicional e o carismático. O primeiro fundamenta-se na dominação tendo em conta um estatuto arbitrário. Sendo este considerado formalmente correto, torna possível criar qualquer direito ou mesmo alterar o já existente. Já o poder tradicional impõe-se como uma autoridade presente naturalmente, ou seja, desde sempre existiu. O tipo mais puro dessa autoridade é a dominação patriarcal. No caso do poder carismático a dominação se faz em virtude de dons gratuitos (carismas), alguns exemplos são: aptidões mágicas, revelações, poder do discurso, entre outras coisas.

Para Charaudeau (2006, p. 65) no geral a legitimidade diz respeito ao estado ou qualidade em que uma ação é bem fundamentada. Para o autor, é possível ou não se estar legitimado a tomar a palavra publicamente, a decretar uma norma, a outorgar uma sanção ou a facultar uma gratificação. “O mecanismo pelo qual se é legitimado é o reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, realizado em nome de um valor que é aceito por todos. Ele é o que dá direito a exercer um poder específico com a sanção ou gratificação que o acompanha” (ibidem).

Desta forma, a legitimidade para Charaudeau depende das doutrinas institucionais que dirigem cada segmento de prática social que confere *status* e poderes a seus atores. Assim, aquela se institui originalmente para fundamentar as atitudes dos que atuam como representante de um valor ratificado por todos os membros de um grupo.

Para Charaudeau (2006, p. 66), no âmbito dos media, onde reside o paradoxo entre o dever de informar de forma cidadã e ao mesmo tempo reger os interesses comerciais, o questionamento da legitimidade dos seus agentes é mais complicado de ser feito, tendo em conta que os meios de comunicação podem se retratar perante seus equívocos. Entretanto, conforme o autor, o ávido interesse de conseguir uma notícia exclusiva, a propagação de informações erradas e não confirmadas, bem como grande especulação, pode colocar em cheque a sagrada incumbência de informar. Da mesma forma, tal legitimidade é posta em questão caso o meio de comunicação tenha ligação com o poder político em qualquer

instância ou mesmo com grandes empresas, tendo, neste caso, sua legitimidade abalada e sendo apontado como partidário ou tendencioso.

Charaudeau (2006, p. 68) resume legitimidade como a consequência de uma validação, pelos outros, daquilo que confere poder a alguém de agir ou comunicar em nome de um *estatuto*, em nome de um saber (conhecimento), em nome de um *saber-fazer* (ser especializado). Desta forma, o autor diferencia legitimidade e credibilidade afirmando que a primeira se relaciona com o “direito do sujeito de dizer ou de fazer”, já a segunda “capacidade do sujeito de dizer ou de fazer”. Desta forma, para Charaudeau, quando se questiona a legitimidade põe-se em cheque o próprio direito, não o sujeito. No caso de contestar a credibilidade, contestamos o sujeito, na medida em que ele não expõe indícios de seu poder de dizer ou de fazer.

Bourdieu (2002/1930, p. 11-12), por sua vez, fala do simbólico, um poder quase mágico que se constrói na enunciação e que permite obter um poder equivalente à força física. Tal poder só pode ser exercido com a anuência dos que não querem saber/perceber que está sendo exercida essa força ou mesmo de que maneira ela se exerce. Esse poder simbólico poderá alcançar mais que poder, pois baseia-se numa legitimidade concedida pelos dominados e reduz desta forma ao mínimo a resistência destes. Em vez de meios violentos para romper tal dominação, conferem um sentido positivo a essa relação de força. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (ibidem: 11).

A autoridade, segundo Charaudeau, diferentemente da legitimidade, não é um direito adquirido, mas está relacionada a um processo de submissão do outro. Os indivíduos mudam comportamentos e posicionamentos em função de um sujeito. Desta forma, a autoridade é conseguida em conjunto com a legitimidade, que atesta a posição de autoridade do indivíduo. O autor sintetiza a diferenciação entre legitimidade e autoridade da seguinte forma:

(...) a legitimidade é um estado no qual é colocado o sujeito que, em virtude desse fato, adquire um direito a fazer, mas segundo o que foi determinado e reconhecido pelos membros do grupo, os quais instituíram esse direito de maneira mais ou menos institucional: a legitimidade resulta de uma atribuição. A autoridade é uma posição no processo de influência que dá ao sujeito o direito de submeter o outro com a aceitação deste: resulta, ao mesmo tempo, de um comportamento e de uma atribuição. A legitimidade remete ao Eu; a autoridade, à relação Eu-tu. (CHARAUDEAU, 2006, p. 68)

Neste caso, a autoridade, para o autor, ocorre como um poder atribuído ao sujeito através de uma legitimidade.

Os sentidos dos títulos

Definimos como *corpus* para este trabalho as notícias que circularam durante o ano de 2008 nas edições *online* do jornal português *Público* e do brasileiro *Folha de São Paulo*. Os jornais foram selecionados tendo em conta que se caracterizam como imprensa de referência nos países de origem. Segundo Cascais (2001), os meios de comunicação podem ser tidos como de referência ao alcançarem um “estatuto de qualidade e credibilidade que os torna uma referência para o público e para o restante dos meios” (p. 108). Desta forma, tentamos observar as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais na legitimação do poder. Assim, verificamos a produção do sentido nos jornais pelos pressupostos e subentendidos, pelas heterogeneidades enunciativas, a polifonia, o dialogismo, legitimidade, credibilidade e autoridade, evidenciados nos títulos das respectivas notícias.

Neste sentido, encontramos 32 peças no *Público* e 20 na *Folha de São Paulo*. A quantidade de notícias sobre o assunto já indicia que o mesmo foi bastante discutido nos dois países, principalmente em Portugal, o qual se encontrava em período de decisão sobre o tema. Em 2008, o protocolo modificativo do Acordo estava em discussão no Parlamento português à espera de aprovação. Foi nesta época, igualmente, que se situaram as maiores discussões e reações a respeito do tema, com manifestos e petições contra o mesmo.

Observamos que o termo “Acordo Ortográfico” foi bastante utilizado nos títulos das notícias portuguesas, mesmo quando não havia referência direta ao assunto, o que aponta para uma relevância acerca do tema nos media. Num total de 32 peças, verificamos que 27 possuíam o termo, sendo que, em quase metade delas, trata-se da primeira palavra da frase. Podemos inferir que utilizar a designação “Acordo Ortográfico” (ver tabela 1 e 2), de alguma forma, chama a atenção dos enunciatários² para a notícia. No caso brasileiro não se dá tanta relevância ao termo, que geralmente é substituído por expressões equivalentes a ele como “nova ortografia”, “reforma ortográfica”, “nova regra de ortografia”, etc. Podemos inferir também que o destaque dado à palavra “Acordo”, que aparece mais nos títulos portugueses que nos brasileiros, pressupõe o carácter de pacto estabelecido entre os países, sendo que ainda está em processo de transição e votação. No caso brasileiro, a utilização de expressões como “nova ortografia”, “nova regra”, implica algo dado aos brasileiros, num sentido de conformidade, ao contrário do que se verifica no caso português. Observamos tais aspectos na *Folha de São Paulo* até mesmo na construção dos enunciados: *Medidas são boas e vão facilitar a escrita, afirma co-autor do dicionário Houaiss*; *Mercado de livros didáticos já tem títulos adaptados*; *Folha adota nova regra ortográfica no dia 1º*.

As notícias portuguesas recorrem também ao discurso autorizado caracterizado pelos co-enunciadores³ mais empregados nos títulos, que são: o próprio governo e personalidades que o compõem, tais como o presidente do país, o primeiro-ministro (na

² Conforme Magalhães (2003: 54) é “a imagem daquele a quem o discurso é dirigido”.

³ “Aqueles sujeitos que, implicitamente ou explicitamente, manifestam-se na cena discursiva” (MAGALHÃES, 2003:45)

época, José Sócrates) e outros ministros, além do então presidente do Brasil, Lula da Silva. A escolha dos co-enunciadores com credibilidade e legitimidade instituída perante os enunciatários dá respaldo para as notícias. Sendo a legitimidade o “direito do sujeito de dizer ou de fazer”, e credibilidade a “capacidade do sujeito de dizer ou de fazer” (CHARAUDEAU, 2005, p. 68). Nos títulos do jornal brasileiro *Folha de São Paulo* o discurso institucionalizado também é recorrente, caracterizado pelo uso de vozes como a do presidente Lula da Silva e do Ministério da Educação como principais co-enunciadores e algumas menções ao presidente Cavaco Silva e o primeiro-ministro José Sócrates.

Tabela 1: Títulos do *Público* e a utilização do termo Acordo Ortográfico

Títulos <i>Público</i>
Acordo Ortográfico deve ter novas regras, diz director do Instituto Camões no Brasil
Acordo Ortográfico: Editoras de ferramentas informáticas divididas sobre necessidade de novos programas
Acordo Ortográfico: Ex-ministra da Cultura defende revisão
Acordo Ortográfico: foi aprovado no Parlamento
Acordo ortográfico: Governo dá prioridade à discussão no Parlamento
Acordo Ortográfico: Governo diz que seis anos é prazo de transição razoável
Acordo Ortográfico: Ministro brasileiro da Educação quer acertar com Portugal implantação
Acordo Ortográfico: Pinto Ribeiro considera Fernando Pessoa mais valioso que a PT
Acordo Ortográfico: proposta do Governo vai ser debatida no Parlamento
Acordo Ortográfico vai ao Parlamento na sexta-feira
Análise sobre acordo ortográfico entregue segunda-feira ao Presidente da República
Assembleia da República promove segunda-feira debate sobre Acordo Ortográfico
Cavaco Silva Governo associa-se com acordo ortográfico ao bicentenário da chegada da corte ao Brasil
Cavaco Silva promulgou Acordo Ortográfico
Choque de titãs deixa deputados hesitantes face ao Acordo Ortográfico
Editores e Livreros contestam ratificação de Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico
Exemplos da APEL com traduções diferentes no Brasil e em Portugal passam ao lado do acordo ortográfico
Governo ratifica Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
Lula da Silva vai insistir na ratificação do Acordo Ortográfico
Manifesto contra o Acordo Ortográfico reuniu 33 mil assinaturas
Manifesto-petição contra o acordo ortográfico reúne mais de 4000 assinaturas
Ministro da Cultura não coloca barreiras ao Acordo Ortográfico
Novo dicionário para Acordo Ortográfico
Pinto Ribeiro: Acordo Ortográfico é necessário para a expansão da língua portuguesa
Presidente Lula da Silva promulga Acordo Ortográfico
São Tomé e Príncipe ratificou Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa

Tabela 2: Títulos da *Folha de São Paulo* e o uso do termo Acordo Ortográfico

Títulos <i>Folha de São Paulo</i>
Brasil vai adotar acordo ortográfico até 2012, diz MEC
MEC: consulta pública sobre nova ortografia recebeu só 12 e-mails
Folha adota nova regra ortográfica no dia 1º
Governo e Congresso vão ignorar início da reforma ortográfica
Livros terão de ser reeditados para seguir normas do acordo
Lula sanciona o novo acordo ortográfico
MEC quer mudar português já em 2009
MEC treinará professor para a reforma ortográfica
Medidas são boas e vão facilitar a escrita, afirma co-autor do dicionário "Houaiss"

Ministério abre consulta pública sobre reforma
Nova regra de ortografia confunde até dicionários
Parlamento português aprova acordo ortográfico
Portugal dá aval à reforma ortográfica
Premiê evita definir data para implantar acordo
Presidente português se mostra favorável a mudanças na escrita

O uso de expressões com tom imperativo, tais como “deve”, “quer acertar”, “é necessário”, “já devia”, é recorrente nos títulos das notícias portuguesas analisadas (jornal *Público*, tabela 3). A escolha desses enunciados poderá remeter para uma manifestação implícita do jornal de que o Acordo foi uma imposição do governo português aos portugueses, ou mesmo do governo brasileiro, quando se analisa, por exemplo, o título *Lula da Silva vai insistir na ratificação do Acordo Ortográfico*, observa-se tal posicionamento. Poderíamos inferir desse título que o governo brasileiro não descansa na tarefa de convencer Portugal a ratificar o tratado. O que remete para questões ligadas a identidade de Portugal e que aflige muitos portugueses “estaria o país se rendendo ao domínio de uma ex-colônia?”. Aqui o assunto entra no âmbito da identidade lusófona, e os debates aí presentes (e.g., BAPTISTA, 2000; LOURENÇO, 2004).

Tabela 3: Uso de expressões imperativas

Títulos – Jornal <i>Público</i>
Acordo Ortográfico deve ter novas regras, diz director do Instituto Camões no Brasil
Acordo ortográfico: Governo dá prioridade à discussão no Parlamento
Acordo Ortográfico: Ministro brasileiro da Educação quer acertar com Portugal implantação
Lula da Silva vai insistir na ratificação do Acordo Ortográfico
Nova ortografia já devia estar a ser ensinada nas escolas
Pinto Ribeiro: Acordo Ortográfico é necessário para a expansão da língua portuguesa

As vozes acionadas nos discursos dos jornais (*Público* e *Folha de São Paulo*) direcionam-nos as presença de diferentes sujeitos que participam de suas discursividades. Sabemos que todo discurso é polifônico pois é atravessado por diversas vozes, sejam elas localizáveis (heterogeneidade mostrada) ou não (heterogeneidade constitutiva). No caso do nosso estudo, detemo-nos somente a analisar a primeira, por meio das ironias, do discurso direto ou indireto livre. A análise aponta, em relação a forma como os co-enunciadores são marcados, para uma apropriação do discurso por parte do enunciador, pois todas as vezes que os co-enunciadores são referenciados no enunciado a afirmação não é posta entre aspas e, sim, de maneira indireta. Assim, a enunciação de quem fala seria uma enunciação do próprio Jornal.

No título *Acordo Ortográfico: Governo diz que seis anos é prazo de transição ‘razoável’* do Jornal *Público*, o termo “razoável”, destacado pelas aspas, aponta para um possível posicionamento do jornal. Neste caso, o emprego das aspas não seria necessário, uma vez que, no início do enunciado, o jornal já adianta que se trata de uma afirmação do governo. Assim, poderíamos ler implicitamente o mesmo enunciado da seguinte forma: o prazo de seis anos é razoável entre aspas, ou seja, não é razoável. O título aponta para uma heterogeneidade mostrada por meio de uma ironia.

O mesmo ocorre com o título *Acordo Ortográfico: Ex-ministra da Cultura defende 'revisão'*. Neste caso, a palavra em destaque no título remeteria para a não ratificação do Acordo, algo que pode ser confirmado pela leitura da notícia. De certa forma também, o jornal quer se isentar desse posicionamento que indica a necessidade de uma revisão do Acordo, isso porque não haveria necessidade de usar aspas mais uma vez aqui, pois já foi dito no início do enunciado de quem se tratava aquela afirmação. No título *Acordo Ortográfico deve ter novas regras, diz director do Instituto Camões no Brasil* temos uma instituição portuguesa fazendo críticas ao Acordo mesmo estando no país onde o mesmo já foi aprovado, denotando um possível posicionamento português sobre o assunto. Já no título *Gilberto Gil: os portugueses são mais ciosos da língua* dá-se destaque a uma personalidade brasileira afirmando que os portugueses são mais defensores conscientes/zelosos da língua. Ao mesmo tempo que elogia os portugueses, faz uma crítica aos conterrâneos ao destacar que os lusos são mais cuidadosos do que brasileiros.

Diferentemente de Portugal, no jornal brasileiro *Folha de São Paulo* encontramos somente dois títulos que utilizam o discurso indireto livre: *Medidas são boas e vão facilitar a escrita, afirma co-autor do dicionário 'Houaiss'* e *Brasil vai adotar acordo ortográfico até 2012, diz MEC*. As aspas são utilizadas apenas para designar palavras estrangeiras e não para destacar algum termo, como ocorre no *Público*.

Durante o período compreendido no *corpus* deste trabalho, o *Público* ainda não havia adotado o Acordo Ortográfico, já que o Acordo só entraria em vigor de forma definitiva, em 2009. Observa-se, entretanto, um tom positivo nos títulos das notícias que fazem referência ao tema. Podemos inferir que esse contraste ocorre principalmente porque a maior parte do material utilizado pelo jornal em questão provém da agência lusa. Um estudo realizado por Carvalho (2010) sobre o posicionamento do *Expresso* e do *Jornal de Notícias* a respeito do Acordo Ortográfico, mostrou que os jornais têm tendência para tratar o assunto de forma positiva e que a maior parte do material provinha da agência Lusa, o que denotava que a mesma também seria favorável ao Acordo. Sendo assim, podemos inferir que com o *Público* ocorre a mesma coisa, já que, de um *corpus* de 32 notícias, 24 são da Lusa.

Com relação aos títulos utilizados na *Folha de São Paulo* temos um posicionamento institucionalizado, considerando as vozes acionadas nos mesmos. A partir daí podemos inferir um posicionamento favorável do jornal. Analisando alguns títulos isoladamente podemos inferir tal posicionamento de forma mais contundente. Por exemplo, no título *MEC: consulta pública sobre nova ortografia recebeu só 12 e-mails* (tabela 4) o termo “só” denota a tomada de posição do jornal, mostrando uma certa decepção por o assunto ter sido negligenciado pela população. De certa forma, evidencia também a apatia dos brasileiros quanto a assuntos de interesse público. Outro título relevante para o aspecto em questão é: *Governo e Congresso vão ignorar início da reforma ortográfica*. O enunciado desconstrói a imagem dos próprios mentores do Acordo, que deveriam ser os primeiros a adotar a reforma, a fim de dar o exemplo à população. Podemos depreender, a partir da análise deste título, que para o jornal, se nem mesmo o governo dá o exemplo, será que a população vai adotar o

Acordo? Segundo Soares e Carvalho (2007) a escolha de co-enunciadores legitimam o poder. Aqui a escolha de vozes do governo credibilizam o discurso do Jornal mesmo que seja para criticar a administração pública. No Título *Premiê evita definir data para implantar acordo*, podemos observar que o termo “evitar” transmite também um posicionamento favorável à implantação do Acordo. Neste caso, poderíamos inferir que para o jornal o Acordo Ortográfico está sendo protelado mais uma vez em Portugal.

Tabela 4: Títulos *Folha de São Paulo* e os seus co-enunciadores

Títulos <i>Folha de São Paulo</i>
Brasil vai adotar acordo ortográfico até 2012, diz MEC
MEC: consulta pública sobre nova ortografia recebeu só 12 e-mails
Governo e Congresso vão ignorar início da reforma ortográfica
Lula sanciona o novo acordo ortográfico
Lula participa de encontro para difundir língua portuguesa
Lula sanciona o novo acordo ortográfico
MEC autoriza adaptações em livros didáticos
MEC quer mudar português já em 2009
MEC treinará professor para a reforma ortográfica
Medidas são boas e vão facilitar a escrita, afirma co-autor do dicionário "Houaiss"
Ministério abre consulta pública sobre reforma
Nova regra de ortografia confunde até dicionários
Parlamento português aprova acordo ortográfico
Portugal dá aval à reforma ortográfica
Premiê evita definir data para implantar acordo
Presidente português se mostra favorável a mudanças na escrita

Considerações Finais

Observamos os sentidos que enunciações feitas por meio dos títulos das notícias podem suscitar. Averiguamos pela análise dos títulos que o tema do Acordo Ortográfico é tratado como dado e irrevogável nas notícias brasileiras (*Folha de São Paulo*) e como algo em construção pelos portugueses (*Público*). Talvez porque durante o período analisado, no Brasil, o Acordo já tenha sido aprovado e os brasileiros consideram que não há mais nada a fazer e, em Portugal, a situação seja diferente, uma vez que o Acordo ainda está em processo de votação no Parlamento. Assim, os media brasileiros estavam atuando mais como espelho das escolhas e posicionamentos do governo, e os medias portugueses como um meio termo nesta questão, já que a escolha das vozes políticas e governamentais também ajuda nessa propagação dos interesses de quem está no poder e quer a aprovação do Acordo.

No que toca a escolha dos co-enunciadores (as vozes acionadas pelas notícias) pelos jornais para legitimação dos seus discursos, notamos uma grande recorrência à voz institucionalizada caracterizada pelo governo e seus representantes, tanto em Portugal, quanto no Brasil. Neste caso, temos também que a autoridade [processo de submissão do outro conforme Charaudeau (2006, p. 68)] do governo é utilizada para dar respaldo para as notícias.

Quando se evoca co-enunciadores brasileiros nos títulos portugueses geralmente os mesmos atuam como forma de fazer pressão sobre os portugueses para a promulgação do tratado. Isto ocorre mesmo quando há a exaltação dos portugueses em relação à Língua Portuguesa, como é o caso do título em que Gilberto Gil (Ministro da Cultura brasileiro, em 2008) é protagonista. Ligado a isto tem-se a recorrência a expressões imperativas nos títulos das notícias portuguesas que poderiam implicitamente referir que o Acordo Ortográfico seria uma imposição do governo português e brasileiro.

Em relação ao posicionamento adotado nos títulos portugueses observamos uma tendência para uma postura favorável. Isso pode ocorrer também porque grande parte do material disponibilizado pelo *Público* provém da *Lusa*. Segundo Carvalho (2010), numa investigação sobre o posicionamento do *Expresso* e do *Jornal de Notícias* acerca do Acordo Ortográfico, há uma tendência para tratar o assunto de forma positiva, sendo que a maior parte do material analisado tem como fonte a agência *Lusa*, o que indica que a mesma também tende a ser favorável ao Acordo.

No caso brasileiro, temos um posicionamento eminentemente positivo e naturalizado. Há nos títulos brasileiros uma espécie de passividade instituída em relação ao assunto. Os títulos mostram uma preocupação do governo em formar os professores para o Acordo e um estímulo às editoras para reeditarem seus livros. Reforçando esse carácter dado e não mais mutável pela *Folha de São Paulo*, observamos o questionamento que esse Jornal faz ao governo brasileiro, que deveria ser o primeiro a dar o exemplo na utilização do Acordo, mas que ignora o início da reforma ortográfica.

Para concluir, poderíamos inferir que os meios de comunicação considerados pela análise, que deveriam ser *Watchdogs* da sociedade, parecem estar atuando mais como propagadores das opiniões dominantes.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In Authier-Revuz, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999
- BARRIGA, A. 'Opinião, argumentação e persuasão no quadro de uma racionalidade sociológica – O "Poder do Discurso"'. In M. Martins & R. Grácio (Orgs.), *Comunicação e Sociedade 16* (pp.27-42). Braga: Universidade do Minho & Húmus, 2009
- BAPTISTA, M. 'A Lusofonia não é um jardim ou Da necessidade de "perder o medo às realidades e aos mosquitos"'. In M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Ed.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras, 2006, pp.23-44.
- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BERTOQUE, L. 'A Funcionalidade de Construções de voz em títulos de notícia e em manchetes de Jornais impressos'. Tese (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

- [http://bdtd.ufg.br/tesesimplificado/tde_arquivos/23/TDE-2010-11-23T122236Z-1160/Publico/DISSERTACAO%20LENNIE%20BERTOQUE.pdf, acesso em 06/12/2011]
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2002/1930
- CARVALHO, M. A mediatização do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa na internet em Portugal. Análise comparativa da cobertura jornalística no Expresso e no Jornal de Notícias. Tese (Mestrado), Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, 2010
- CASCAIS, F. *Dicionário de jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006
- SOARES, F & CARVALHO, M. 'Veja e IstoÉ: escolha de co-enunciadores para legitimar o poder', 2007 [<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0160-1.pdf>, acesso em 12/12/2011]
- DUCROT, O. 'Esboço de uma teoria polifônica da enunciação', in *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001. 316 p.
- _____. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold, 1999. 214 p.
- _____. *Discurso, mudança e hegemonia*. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise crítica discurso*. 77-103 Lisboa: Caminho, 1997. 396 p.
- _____. *Language and power*. Londres: Longman, 1996. 259 p.
- FIORIN, J. L. (2008). E agora, Portugal? *Revista Língua*.
- [<http://www.cchla.ufpb.br/dlcv/images/pdf/bancodetextos/novoacordoortografico.doc>]
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Novo Manual de redação*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992
- FONTANILLE, J. 'Semiótica do discurso: balanço e perspectivas'. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, Vol. 6, n.1, 2008
- [<http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/951/819>, acesso em 10/01/2012]
- FLORES, V. 'Dialogismo e enunciação: Elementos para uma epistemologia da linguística'. *Língua e Ensino*, Vol. 1, 3-32, 1998
- [<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/48>, acesso em 15/12/2011]
- GRADIM, A. *Manual de jornalismo*. Covilhã/Portugal: Universidade da Beira Interior, 2000
- [http://www.livrosabcom.ubi.pt/pdfs/20110826-gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf, acesso em 05/12/ 2011]
- HOFFNAGEL, J. (orgs.). São Paulo: Cortez Editora, 2005
- LOURENÇO, E. *A Europa Descendanda*, Lisboa, Visão, 1994.
- MAGALHÃES, L. *Veja, Isto é, leia: produção e disputas de sentido na mídia*. Teresina: UFPI, 2003
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997/1987
- PELLIM, T. 'Análise textual de títulos jornalísticos: um estudo comparativo entre as seções de ciência e esporte', 2009 [<http://www.ufsj.edu.br/porta-repositorio/File/Vertentes34/Tiago%20Pellim.pdf>, acesso em 18/11/2011]
- PINTO, M. J. *Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 2002
- POSTER, M. *A Segunda Era dos Média*. Oeiras: Celta, 2000

Revista Comunicando, v.1, n.1, Dezembro, 2012

RECHDAN, M. 'Dialogismo ou polifonia?', 2000

[<http://site.unitau.br//scripts/prppg/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf>, acesso em 11/12/2011]

WEBER, M. *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*. Lisboa: Tribuna da História, 2005